



3134 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPED (2018)
GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ACRE - PERCURSO METODOLÓGICO
José Alessandro Cândido da Silva - ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

O artigo analisa uma das mais desafiadoras políticas educacionais para a diversidade, a política de Educação Escolar Indígena - EEI. O estudo foca em problemas na sua efetivação, permitindo-nos refletir sobre a implementação e desenvolvimento das políticas públicas educacionais indígenas do Acre, com ênfase na formação de professores indígenas. A pesquisa aponta os embates travados na (re) definição da educação escolar para esses povos, destacando o papel de todos os agentes envolvidos nessas ações desde as formulações até a execução nos contextos formais. Toma como base metodológica o Ciclo de Políticas de Stephen Ball e Richard Bowe, que considera a importância das pesquisas no campo das políticas públicas educacionais. Entre as questões resultantes destacamos o fato das propostas e práticas de EEI no Acre terem transformado os direitos educativos dos povos indígenas em obrigações de Estado, ganhando espaço legal, mas perdendo seu caráter de autoria, de produção coletiva e autônoma.

O artigo analisa uma das mais desafiadoras políticas educacionais para a diversidade, a política de Educação Escolar Indígena - EEI. O estudo foca em problemas na sua efetivação, permitindo-nos refletir sobre a implementação e desenvolvimento das políticas públicas educacionais indígenas do Acre, com ênfase na formação de professores indígenas. A pesquisa aponta os embates travados na (re) definição da educação escolar para esses povos, destacando o papel de todos os agentes envolvidos nessas ações desde as formulações até a execução nos contextos formais. Toma como base metodológica o Ciclo de Políticas de Stephen Ball e Richard Bowe, que considera a importância das pesquisas no campo das políticas públicas educacionais. Entre as questões resultantes destacamos o fato das propostas e práticas de EEI no Acre terem transformado os direitos educativos dos povos indígenas em obrigações de Estado, ganhando espaço legal, mas perdendo seu caráter de autoria, de produção coletiva e autônoma.

A pesquisa desenvolvida teve como mote a reflexão acerca das políticas públicas educacionais indígenas implementadas e desenvolvidas no Acre, estado precursor no processo de organização da educação escolar indígena. Nesse espaço geográfico foram desenvolvidas iniciativas educacionais que historicamente definiram e marcaram essas discussões ao lado de outras experiências educacionais indígenas do país. Estas razões nos permitiram voltar o olhar sobre o complexo desenvolvimento de tais políticas, para as diferentes e por vezes conflitantes vozes dos atores sociais e das instituições que as propõem e concretizam.

O objetivo desta produção consistiu fazer uma reflexão sobre o percurso metodológico da análise de uma política pública de educação. Especificamente, compreender o processo de implementação e desenvolvimento das políticas públicas educacionais indígenas no Estado do Acre com ênfase na formação de professores indígenas a partir do final da década de 1990, considerando os embates travados na (re) definição da educação escolar. Em decorrência desse propósito geral analisamos especificamente: a) os programas de formação de professores indígenas no Acre frente aos desafios e demandas da atuação de docentes nas aldeias da região; b) o papel do movimento indígena frente às tensões travadas entre professores indígenas e o Estado em relação às ações públicas para a educação escolar indígena.

O foco da pesquisa recaiu sobre a análise de como estão definidos os projetos educacionais destinados a estes povos, considerando as dificuldades que se apresentam na realidade quando da tradução do legal para o prático. Isto porque, embora as projeções dessas políticas educacionais no Acre pareçam afinadas com as orientações legais dessa categoria educacional, na realidade há um abismo profundo do que seja a educação escolar indígena nos termos legais e esperados pelos povos nativos da região e as proposições operadas pelo Estado. Essa realidade presente no estado manifesta-se bastante tensa tendo sua confirmação em várias situações descritas nos relatórios dos seminários indígenas; nas falas de muitos assessores pedagógicos (indígenas) vinculados à Secretaria Estadual de Educação; na prática pedagógica e na constituição da proposta curricular orientadas pela mesma organização oficial; na ausência de comissões constituídas também por indígenas ligados à educação para tomada conjunta de decisões do que é necessário e do que precisa ser feito na educação escolar para os povos indígenas. É observada a grande problemática que permeia esse terreno, evidenciando que a existência de políticas educacionais indígenas não representa necessariamente sua efetividade do ponto de vista daquilo que é legítimo ou esperado pelas comunidades étnicas do extremo oeste brasileiro.

A execução de ações públicas relativas ao processo educacional em áreas acreanas habitadas por populações tradicionais e suas trajetórias históricas são episódios cujos registros se apresentam pouco conhecidos, sobretudo pela sua escassez. Diante disso, mas sem a intenção de oferecer respostas prontas a serem aplicadas em quaisquer situações, reafirmamos que moveu-nos o propósito de nesta produção olhar sobre as propostas educacionais estabelecidas por meio de planos governamentais, buscando relacionar tais ações com a regulamentação jurídica brasileira sobre a questão, de modo a contemplar as experiências em curso. Ao mesmo tempo, o estudo se propõe com acuidade na medida em que a pesquisa e a análise levaram em conta o reconhecimento de que a educação escolar de qualidade, adequada às particularidades culturais dos povos indígenas da região e às necessidades de interlocução com as escolas não indígenas, só será realmente eficaz se conduzida por professores índios que devem, para tanto, ter acessos a cursos de formação inicial e continuada, especificamente planejado para o trato com as pedagogias próprias conforme dispõe a legislação brasileira.

Partindo do contexto de apropriação da legislação, mas, sobretudo do cumprimento ou não das prescrições sobre a escola indígena, a abordagem metodológica adotada nesta investigação sobre as políticas educacionais indígenas no Acre aponta para a possibilidade de ultrapassarmos os conflitos entre pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo em vista que elas estão intimamente relacionadas (ANDRÉ, 2002). Tomando como problema a questão da complexidade presente em toda realidade, como pesquisador, estamos envolvidos nas teias das relações existentes entre os fenômenos do processo investigado, e neste caso, esta relação se estabelece na medida em que identificamos através da experiência e dos registros nos relatórios, bem como pelas demandas da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) que não há uma correspondência entre tais prescrições legais e a realização prático-pedagógica da educação escolar indígena em muitas aldeias do Estado.

Para o levantamento de informações nos apropriamos de um *corpus* documental produzido por grupos e organizações envolvidas na defesa da escola indígena no Acre. Os documentos pesquisados consistiram em registros de atas, relatórios, bem como em documentos oficiais da Comissão Pró-Índio/Acre - CPIAC, da Secretaria de Estado de Educação e da Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC. Além disso, contamos com vários depoimentos registrados na pesquisa, contendo informações pontuais sobre o andamento da escola conforme professores indígenas de diferentes Terras Indígenas. Essas falas possibilitaram o levantamento e a identificação das lutas e embates pela educação escolar indígena na região, bem como apresentaram um raio x dessa modalidade escolar no estado.

Ainda no contexto do levantamento de informações, acrescentamos elementos coletados a partir do Projeto Político Pedagógico do Curso de

Formação para Docentes Indígenas da Universidade Federal do Acre. A respeito dos documentos oficiais do Acre relativos à educação escolar indígena apesar das dificuldades de acesso, realizamos uma análise sobre alguns deles, alcançando uma compreensão aprofundada num caminho multifacetado que produz sentidos e significados na diversidade.

Também nos apropriamos de dados bibliográficos das produções científicas da área, a partir de variadas bases de dados. Inicialmente foi definida a busca por dissertações e teses, produzidas por pesquisadores do campo, tomando como base o banco de tese da CAPES (<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>) - acesso a resumos. Foram também pesquisados e utilizados periódicos científicos nas bases Scielo (<http://www.scielo.org/index.php?lang>) e Periódicos CAPES (<http://periodicos.capes.gov.br/>). Além desses periódicos científicos, foram feitas pesquisas nas revistas do SEER (<http://seer.ibict.br/>), fazendo-se um levantamento por região, com foco específico na produção das universidades federais, bem como em algumas IES estaduais e particulares de produção científica significativa.

Além da pesquisa documental nos apoiamos no discurso de membros ativos dos povos indígenas do Acre, entre os quais egressos do Curso de Formação Docente para Indígenas da Universidade Federal do Acre. Os egressos são professores em suas comunidades. Com esses sujeitos realizamos entrevistas abertas direcionadas aos docentes mais antigos, que protagonizaram o processo de criação da educação escolar indígena no Estado, tendo um amplo histórico de participação junto a CPI-AC e na Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC). Destacamos que todos os entrevistados foram convidados a assinar um termo de consentimento livre e esclarecido, informando e esclarecendo a cada sujeito da pesquisa, de maneira que ele pudesse tomar sua decisão de maneira serena e sem constrangimento sobre sua participação na pesquisa, e ao mesmo tempo, servindo como uma proteção moral e legal do pesquisador e do pesquisado visto que ambos assumiram responsabilidades.

A abordagem teórico-metodológica adotada ofereceu pressupostos para guiar nossas pesquisas e sustentar a análise decorrente dela. Para isso, levamos em consideração que nosso estudo concentra-se na linha de pesquisa sobre políticas educacionais, especificamente na análise das políticas educacionais indígenas do Acre. Em geral, tanto no campo das políticas públicas quanto no das políticas educacionais, alguns teóricos brasileiros têm buscado debater e sintetizar questões teórico-metodológicas na análise de políticas. Compreendemos que a discussão sobre essas questões é tão polêmica quanto importante e que,

[...] no Brasil são ainda raros os trabalhos que se propuseram a discutir abordagens metodológicas para a pesquisa sobre políticas públicas e educacionais. [...] e que a maneira como um pesquisador encara a política educacional influencia o tipo de investigação que se propõe a realizar (MAINARDES, 2009, p. 5).

No campo das políticas públicas educacionais, são importantes as produções de Azevedo e Aguiar (2001a, 2001b), Paro (2001), bem como as publicações do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP (NEPP, 1994). Embora alguns desses trabalhos incluam discussões presentes na literatura internacional sobre análise de políticas, Mainardes (2009) argumenta que ainda são escassas as publicações que apresentam as discussões teóricas e abordagens metodológicas que compõem a vasta literatura internacional sobre a análise de políticas. Além disso, as abordagens convencionais e lineares da análise de políticas parecem ter sido mais fortemente incorporadas nas pesquisas e publicações brasileiras do que as abordagens críticas e dialéticas.

A pesquisa de políticas educacionais é um campo relativamente novo e ainda não consolidado em termos de referenciais analíticos consistentes. Apesar disso, pode-se afirmar a partir das discussões feitas durante as disciplinas estudadas no doutorado que se trata de um campo em permanente construção e expansão. No primeiro capítulo deste estudo, observamos um crescimento no número de teses, dissertações, pesquisas e publicações neste campo. É perceptível ainda um aumento no número de grupos de pesquisa na área de política e gestão da educação, bem como de linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação em Educação, como o da Universidade Federal do Paraná. Dessa forma, o debate sobre questões teórico-metodológicas da análise de políticas parece relevante e necessário.

Para Mainardes nas pesquisas e publicações brasileiras sobre políticas educacionais, observa-se a existência de dois tipos distintos:

a) estudos de natureza teórica sobre questões mais amplas e abrangentes do processo de formulação de políticas, abrangendo discussões sobre mudanças no papel do Estado, rede de influências no processo de formulação de políticas, abordagens históricas das políticas educacionais brasileiras incluindo a análise do contexto socioeconômico e político e b) análise e avaliação de programas ou políticas educacionais específicas. Os dois tipos de pesquisas são fundamentais para o debate e avanço do conhecimento acerca das políticas educacionais. No entanto, em uma perspectiva dialética, pode-se interrogar em que medida os estudos de natureza teórica têm contribuído para a análise de políticas específicas e ainda como e em que medida os estudos de políticas específicas têm incorporado as contribuições do primeiro grupo (estudos de natureza teórica). Esses questionamentos referem-se à articulação entre as perspectivas macro e micro, uma questão que tem sido extensivamente discutida na literatura internacional (por exemplo, POWER, 2006). Além do problema da articulação entre as perspectivas macro e micro, outros problemas podem ser evidenciados (MAINARDES, 2009, p. 6).

Deste modo, após leituras e discussões sobre a importância das pesquisas no campo das políticas públicas educacionais e considerando os diversos movimentos que tornam determinada política relevante a ponto de ser homologada e efetivada, optamos por adotar a abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e Richard Bowe, apresentada por Jefferson Mainardes (2006; 2009). Esta abordagem lança a ideia de que pensar as políticas educacionais envolve compreender desde sua fase de formulação até a sua efetivação/implementação, sendo que toda essa trajetória é permeada de relações de poder, fato essencial a ser considerado por quem formula, executa e pesquisa.

A abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e Richard Bowe:

[...] destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micro políticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais (MAINARDES, 2006a, p. 95).

Enquanto forma de pensamento, o Ciclo de Políticas é um subsídio importante para compreender as políticas. Nele, os autores propõem a consideração de cinco contextos, a saber: Contexto de Influência, Contexto da Produção de Texto, Contexto da Prática, Contexto dos Resultados/Efeitos e Contexto de Estratégia Política. Esses contextos estão inter-relacionados, por isso não precisam ser analisados de forma linear.

O Contexto de Influência pode ser compreendido como o início das políticas públicas, resultante dos movimentos e embates que permeiam a criação da política. No caso de nossa pesquisa, estariam envolvidas de forma direta nesse contexto todas as lutas dos movimentos indígenas e indigenistas possíveis de serem identificadas ao longo da história da educação indígena brasileira/acreana que após muitos embates e resistências ao modelo escolar ocidentalizado proposto pelo estado brasileiro, conquistaram mudanças fazendo a educação escolar para esses povos assumir o caráter diferenciado do modelo ocidental, levando a escola a tornar-se um instrumento a serviço da manutenção e desenvolvimento de suas culturas e tradições. Além disso, podemos incluir os movimentos realizados por organizações representativas desses povos no Acre que lutaram e pressionaram para que a Secretaria Estadual de Educação compreenda a escola diferenciada como elemento de política pública.

Segundo Mainardes:

[...] É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. [...]. Além disso, há um conjunto de arenas públicas mais formais, tais como comissões e grupos representativos, que podem ser lugares de articulação de influência (MAINARDES, 2006b, p. 51).

O Contexto seguinte, da Produção de texto, representa o texto político. De acordo com Mainardes (2006b, p. 53) “os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral”. Focalizando nosso objeto de estudo, acreditamos que a preocupação com esse contexto é identificada através da análise dos documentos nacionais e estaduais direcionados a educação escolar indígena, além dos documentos organizados pela Comissão Pró-Índio do Acre e Organização dos Professores Indígenas do Acre sobre essa proposta de educação.

O terceiro ponto refere-se ao Contexto da Prática. Este pode ser caracterizado como a efetivação das políticas. As políticas não são simplesmente transpostas aos sistemas e unidades educativas, pelo contrário, as mesmas são interpretadas e em alguns casos recriadas a partir das vivências e conhecimentos dos sujeitos envolvidos no processo.

Para Mainardes (2006a) é nesse contexto que a política pode gerar efeitos, consequências e transformações. Portanto, no Contexto da Prática enfatizamos os discursos produzidos nas documentações produzidas pelo movimento indígena, pelas organizações indigenistas, os dados a respeito da formação inicial e continuada, a aquisição de material didático e demais informações coletadas a partir das entrevistas com os gestores do sistema educacional, pois a partir desse contexto são propostas as políticas para as unidades escolares indígenas. Considerando a abordagem teórico-metodológica do Ciclo de Políticas, destacamos que todos os profissionais da educação são atores desse processo de interpretação/sistematização/concretização das políticas educacionais.

O quarto Contexto é o dos Resultados/Efeitos. Através do mesmo, podemos verificar os impactos das políticas. Em nossa pesquisa, os impactos serão analisados através dos dados expostos pelos professores indígenas a serem entrevistados, cotejados com as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação. Conforme Mainardes:

[...] o contexto dos resultados ou efeitos – preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. A ideia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada. Nesse contexto, as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes. Esses efeitos podem ser divididos em duas categorias: gerais e específicos. Os efeitos gerais da política tornam-se evidentes quando aspectos específicos da mudança e conjuntos de respostas (observadas na prática) são agrupados e analisados. [...]. Tomados de modo isolado, os efeitos de uma política específica podem ser limitados, mas, quando efeitos gerais do conjunto de políticas de diferentes tipos são considerados, pode-se ter um panorama diferente. (MAINARDES, 2006b, p. 54).

O último é o Contexto de Estratégia Política que “envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada” (MAINARDES, 2006b, p. 55). Diante desse contexto, nosso estudo se propõe a considerar tanto as solicitações propostas pelos professores das unidades de educação escolar indígena do Acre quanto os apontamentos realizados a respeito da concretização das políticas de promoção da educação escolar indígena no Estado.

Seguindo a concepção do Ciclo de Políticas, realçamos as políticas serão sempre reinterpretadas pelos atores sociais, por isso sua efetivação depende de ir além da imposição, isto é, da criação de mecanismos para que os agentes (re)discutam os múltiplos aspectos que envolvem o processo de formulação de determinada política, para que então reflitam junto a toda comunidade escolar indígena sobre as estratégias/possibilidades de concretização. Não se esquecendo de que nesses processos de compreensão e interpretação das políticas estão imersas as relações de tensionamentos políticos e disputas por interesses e poder.

Sobre essa perspectiva afirma Mainardes:

Não se trata aqui de supervalorizar a presença e atuação do corpo técnico e burocrático ou os interesses políticos em jogo, mas de se buscar resgatar meandros, práticas, conhecimentos, competências e visões de mundo afeitas às particularidades destas atuações e avaliar em que medida tais participações têm contribuído para a compreensão das políticas (MAINARDES, 2009, p. 13).

Nesse sentido, salientamos que o Ciclo de Políticas pode nos auxiliar no processo de reflexão sobre o campo das políticas, de tal maneira que o próprio Ministério da Educação e Cultura, os movimentos sociais, Sistemas de Ensino e demais profissionais da educação sejam compreendidos enquanto atores que (re)significam as políticas.

No caso das relações de indígenas com a sociedade envolvente em termos de educação escolar estamos lidando com um contexto social no qual as relações e o imaginário social são fortemente marcados por formas de compreensão construídas socialmente e bastante arraigadas. Os atores sociais envolvidos nas disputas por poder em diversos momentos que compõem o Ciclo das Políticas estão atuando numa sociedade racializada, ou seja, na qual o racismo é estrutural e estruturante das relações. Cabe então indagar sobre os aspectos relativos às relações entre indígenas e não indígenas no Brasil contemporâneo e sobre tais relações nas instituições de educação escolar indígena no Acre decorrentes das políticas educacionais vigentes no Estado.

Neste texto, apresentamos uma das concepções teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa no campo educacional, pontuando alguns elementos acerca de novos caminhos investigativos que têm orientado pesquisas na Amazônia – O ciclo de políticas. Esse método possibilita compreender a articulação entre o prescrito e o realizado, procurando evidenciar a dinâmica global/local, macro/micro, e as estratégias de difusão de políticas educacionais implementadas em muitos sistemas de ensino. Em nosso caso, por meio do Ciclo de Políticas trouxemos uma análise das políticas educacionais indígenas desde sua gênese até os resultados por elas produzidos, embora tenhamos clareza de que essa abordagem tem apresentado diferenças em relação ao período dos anos 90, quando surgiu, havendo a necessidade de enfatizar o processo histórico das políticas investigadas, as mudanças na organização econômica e a atuação do Estado, o papel das redes sociais e políticas na definição das políticas e o impacto das políticas sobre as classes sociais.

Referências:

ACRE. Secretaria de Estado de Educação/Coordenação de Educação Escolar Indígena. **Diagnóstico, Diretrizes e Metas da Educação Escolar Indígena no Acre**, nov. 2009, mimeo.

_____. Resolução CEE/AC N° 189/2013. **Define normas gerais para implementação da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito do Estado do Acre**. Rio Branco: 2013.

ANDRÉ, Marli. **A pesquisa sobre formação de professores no Brasil-1990-1998** In: Linhares et al. **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A. **Políticas de educação: concepções e programas**. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Coords.). O

Estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997. Brasília: 2001a.

AZEVEDO, J.M.L. de; AGUIAR, M. A. **A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED.** Educação e Sociedade, Campinas, 2001b.

Banco de Teses da Capes. **Base de Dados**, 2013. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 06 de junho de 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. **Diretrizes para Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Cadernos de Educação Básica**, Série Institucional, Vol 2. Brasília: Mec, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena.** Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena.** Brasília: MEC-SEF e Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, 1993.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE. **Proposta Curricular Bilíngüe Intercultural para Formação de Professores Indígenas do Acre e do Sudoeste da Amazônia.** Rio Branco, 1997 (Mimeo).

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas:** uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan-abr/2006. (a)

_____. **A Abordagem do Ciclo de Políticas e suas Contribuições para a Análise da Trajetória de Políticas Educacionais.** Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB, v. 1, nº 2, p. 94-105, maio/ago. 2006. (b)

_____. **Análise de políticas educacionais:** breves considerações teórico-metodológicas. Contrapontos – Volume 9 nº 1 – pp.4-16 – Itajaí, jan/abr 2009.

Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC). Cruzeiro do Sul. **Ata da reunião com o Secretário de Educação do Acre**, realizada em 30 de novembro de 2011. Livro 04, p. 110 - 113.

PARO, V. H. **Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade.** In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. Políticas públicas e Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.

PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES. **Base de Dados**, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

Scientific Electronic Library Online. **Base de Dados**, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org/index.php?lang>>. Acesso em: 08 Jun 2013.

Sistema de Eletrônico de Editoração de Revistas. **Base de Dados**, 2013. Disponível em: <<http://seer.ibict.br/>>. Acesso em: 12 de junho de 2013.

SILVA, José Alessandro C. da. **Os caminhos da Escola Indígena no Vale do Juruá.** Novas edições Acadêmicas – Editora Verlag, Alemanha, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Formação para Docentes Indígenas UFAC**, 2007.